Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT

Especialista em Regulação de Serviços de Transportes Terrestres

ÍNDICE

CONHECIMENTOS BÁSICOS PARA TODOS OS CARGOS

LÍNGUA PORTUGUESA:

1 Compreensão e interpretação de textos de gêneros variados..... 01

2 Reconhecimento de tipos e gêneros textuais..... 04

3 Domínio da ortografia oficial. 3.1 Emprego das letras. 3.2Emprego da acentuação gráfica. 09

4 Domínio dos mecanismos de coesão textual. 4.1 Emprego de elementos de referenciação, substituição e repetição, de conectores e outros elementos de sequenciação textual. 01

4.2 Emprego/correlação de tempos e modos verbais..... 14

5 Domínio da estrutura morfossintática do período. 5.1 Relações de coordenação entre orações e entre termos da oração. 5.2 Relações de subordinação entre orações e entre termos da oração..... 29

5.3 Emprego dos sinais de pontuação. 12

5.4 Concordância verbal e nominal..... 32

5.5 Emprego do sinal indicativo de crase. 13

5.6 Colocação dos pronomes átonos..... 14

6 Reescritura de frases e parágrafos do texto. 6.1 Substituição de palavras ou de trechos de texto. 6.2 Retextualização de diferentes gêneros e níveis de formalidade. 01

7 Redação de correspondência oficial (Manual de Redação da Presidência da República). 7.1 Adequação da linguagem ao tipo de documento. 7.2 Adequação do formato do texto ao gênero..... 33

NOÇÕES DE DIREITO ADMINISTRATIVO:

1 Estado, governo e administração pública: conceitos, elementos, poderes, natureza, fins e princípios..... 01

2 Direito administrativo: conceito, fontes e princípios. 07

3 Ato administrativo. 3.1 Conceito, requisitos, atributos, classificação e espécies. 3.2 Invalidação, anulação e revogação. 3.3 Prescrição. 09

4 Agentes administrativos. 4.1 Investidura e exercício da função pública. 4.2 Direitos e deveres dos funcionários públicos; regimes jurídicos. 4.3 Processo administrativo: conceito, princípios, fases e modalidades. 4.4 Lei nº 9.784/1999 e Lei nº 9.873/1999. 4.5 Lei nº 8.112/1990 e alterações. 17

5 Poderes da administração: vinculado, discricionário, hierárquico, disciplinar e regulamentar. 55

6 Princípios básicos da administração. 6.1 Responsabilidade civil da administração: evolução doutrinária e reparação do dano. 6.2 Enriquecimento ilícito e uso e abuso de poder. 6.3 Improbidade administrativa: sanções penais e civis — Lei nº 8.429/1992 e alterações. 59

7 Serviços públicos: conceito, classificação, regulamentação, formas e competência de prestação. 69

8 Organização administrativa. 8.1 Administração direta e indireta, centralizada e descentralizada. 8.2 Autarquias, fundações, empresas públicas e sociedades de economia mista. 80

9 Controle e responsabilização da administração. 9.1 Controle administrativo. 9.2 Controle judicial. 9.3 Controle legislativo. 9.4 Responsabilidade civil do Estado. 9.5 Lei nº 12.527/2011 (Lei de Acesso a Informação) 85

NOÇÕES DE DIREITO CONSTITUCIONAL:

1 Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. 1.1 Princípios fundamentais. 01

2 Aplicabilidade das normas constitucionais. 2.1 Normas de eficácia plena, contida e limitada. 2.2 Normas programáticas. 14

3 Direitos e garantias fundamentais. 3.1 Direitos e deveres individuais e coletivos, direitos sociais, direitos de nacionalidade, direitos políticos, partidos políticos. 16

4 Organização político-administrativa do Estado. 4.1 Estado federal brasileiro, União, estados, Distrito Federal, municípios e territórios. 31

5 Administração pública. 5.1 Disposições gerais, servidores públicos. 40

6 Poder Executivo. 6.1 Atribuições e responsabilidades do Presidente da República. 48

7 Poder Legislativo. 7.1 Estrutura. 7.2 Funcionamento e atribuições. 7.3 Processo legislativo. 7.4 Fiscalização contábil, financeira e orçamentária. 7.5 Comissões parlamentares de inquérito. 50

8 Poder Judiciário. 8.1 Disposições gerais. 8.2 Órgãos do Poder Judiciário. 8.2.1 Composição e competências. 8.2.2 Conselho Nacional de Justiça (CNJ): organização e competências. 59

9 Funções essenciais à Justiça. 9.1 Ministério público, advocacia pública. 9.2 Defensoria pública. 59

ÉTICA NO SERVIÇO PÚBLICO:

1 Ética e moral. 2 Ética, princípios e valores. 01

3 Ética e democracia: exercício da cidadania. 01

4 Ética e função pública. 01

5 Ética no Setor Público. 5.1 Decreto nº 1.171/ 1994 (Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal). 11

5.2 Lei nº 8.112/1990 e alterações: regime disciplinar (deveres e proibições, acumulação, responsabilidades, penalidades) 18

5.3 Lei nº 8.429/1992: disposições gerais, atos de improbidade administrativa. 18

5.4 Código de Ética da ANTT (Deliberação ANTT 284/2009). 21

AGÊNCIAS REGULADORAS:

1 As agências reguladoras e o princípio da legalidade. 2 Órgãos reguladores no Brasil: histórico e característica das autarquias. 3 Abordagens: teoria econômica da regulação, teoria da captura, teoria do agente principal. 4 Formas de regulação: regulação de preço; regulação de entrada; regulação de qualidade. 5 Regulação setorial: regulação do setor de transportes terrestres no Brasil. 6 Boas práticas regulatórias: análise do impacto regulatório. 01/06

DEFESA DA CONCORRÊNCIA:

1 Lei nº 8.884/1994 e suas alterações (prevenção e a repressão às infrações contra a ordem econômica e dá outras providências) 01

2 Lei nº 12.529/2011 (Estrutura o Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência). 01

3 Abordagens. 3.1 Escolas de Harvard e Chicago. 3.2 Regras per se e de razão. 3.3 Modelo de estrutura-conduta-desempenho. 3.4 Abordagem dos custos de transação. 13

4 Poder de mercado. 15

5 Mercados relevantes. 15

6 Práticas anticompetitivas horizontais e verticais. 17

7 Práticas anticoncorrenciais no setor de saúde suplementar. 17

8 Políticas de defesa da concorrência. 22

9 Instituições de defesa da concorrência no Brasil. 28

10 Interação entre as agências reguladoras e órgãos de defesa da concorrência no Brasil. 28

LEGISLAÇÃO APLICADA À REGULAÇÃO EM TRANSPORTES TERRESTRES:

1 Lei nº 8.987/1995 (regime de concessão e permissão da prestação de serviços públicos). 01

2 Lei nº 9.074/1995 (normas para outorga e prorrogações das concessões e permissões de serviços públicos). 05

3 Lei nº 10.233/2001 (Reestruturação dos transportes aquaviário e terrestre, cria CNIPT, ANTT, ANTAQ e DNIT - Lei de Criação da Agência). 09

4 Decreto nº 4.130/2002..... 22

5 Lei nº 10.871/2004 27